



Estatutos

CAF Portugal

ESTATUTOS DO CLUBE ACADÉMICO DE FUTEBOL DE LISBOA (CAF)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Denominação e Natureza)

O Clube Académico de Futebol de Lisboa (CAF) é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar.

Artigo 2.º

(Sede e Âmbito de Ação)

O CAF tem a sua sede em Lisboa e exerce a sua atividade em todo o território nacional e internacional, podendo criar delegações, núcleos ou outras formas de representação.

Artigo 3.º

(Fins)

O CAF tem como fins a promoção da prática desportiva, o desenvolvimento pessoal, académico e cívico dos seus associados, a formação de atletas universitários e a dinamização cultural e comunitária.

Artigo 4.º

(Símbolos e Lema)

As cores oficiais do CAF são o roxo e o dourado. O emblema inclui um corvo de toga sobre fundo académico. O lema oficial é "Sapientia et Virtus".

CAPÍTULO II – DOS SÓCIOS

Artigo 5.º

(Categorias de Sócios)

O CAF tem as seguintes categorias de sócios:

- a) Fundadores;
- b) Membros;
- c) Honorários;
- d) Praticantes;
- e) Não Praticantes.

Artigo 6.º

(Admissão)

A admissão de sócios obedece a regulamento interno e é aprovada pela Direção. Os Sócios Membros são nomeados exclusivamente pela Direção, por unanimidade, em reconhecimento de mérito excecional.

Artigo 7.º**(Direitos dos Sócios)**

1. Todos os sócios têm direito a:
 - a) Participar nas atividades do clube;
 - b) Utilizar os serviços e instalações;
 - c) Receber informação institucional.
2. Apenas os Sócios Fundadores e Membros têm direito a voto e a integrar órgãos sociais.

Artigo 8.º**(Deveres dos Sócios)**

1. Cumprir os estatutos, regulamentos e deliberações dos órgãos sociais.
2. Pagar as quotas e contribuições fixadas.
3. Zelar pelo património e bom nome do clube.

Artigo 9.º**(Perda da Qualidade de Sócio)**

A qualidade de sócio perde-se por:

- a) Demissão voluntária;
- b) Falta de pagamento prolongada;
- c) Sanção disciplinar de exclusão.

CAPÍTULO III – REGIME DISCIPLINAR**Artigo 10.º****(Sanções)**

As sanções aplicáveis aos sócios são:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão.

Artigo 11.º**(Processo Disciplinar)**

O processo disciplinar é instaurado pela Direção, garantindo-se sempre o direito de defesa e audiência prévia. Pode haver recurso para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**Artigo 12.º****(Órgãos Sociais)**

São órgãos sociais do CAF:

- a) Assembleia Geral;

- b) Direção;
- c) Conselho Fiscal.

Artigo 13.º

(Duração dos Mandatos)

Os mandatos dos órgãos sociais têm duração de quatro anos, com exceção da presidência da Direção, atribuída vitaliciamente ao sócio fundador João de Sande Ceia.

Artigo 14.º

(Incompatibilidades)

Nenhum sócio pode exercer cumulativamente cargos em mais de um órgão social.

Artigo 15.º

(Funcionamento)

O funcionamento dos órgãos sociais é definido por regulamento interno, respeitando os princípios de colegialidade e participação.

CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 16.º

(Composição)

A Assembleia Geral é composta por Sócios Fundadores e Sócios Membros em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 17.º

(Competências)

Compete à Assembleia Geral:

- a) Aprovar estatutos e alterações;
- b) Eleger e destituir os órgãos sociais;
- c) Aprovar o relatório e contas;
- d) Deliberar sobre assuntos de interesse geral do clube.

Artigo 18.º

(Convocatórias e Quórum)

As reuniões são convocadas com 15 dias de antecedência. O quórum deliberativo é de metade mais um dos membros.

Artigo 19.º

(Assembleia Eleitoral Ordinária)

1. A Assembleia Geral eleitoral reúne ordinariamente de quatro em quatro anos para eleição da respetiva Mesa e do seu Presidente, da Direção e do Conselho Fiscal.
2. A reunião ordinária da Assembleia Geral eleitoral realizar-se-á entre os dias um e vinte do mês de maio do ano em que deva ter lugar, sendo a respetiva data

marcada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos nestes estatutos.

Artigo 20.º

(Assembleia Eleitoral Extraordinária)

1. A Assembleia Geral eleitoral reúne extraordinariamente para:
 - a) Proceder a eleições, verificando-se causa de cessação antecipada de mandato de todos os membros de órgão social;
 - b) Votar a destituição dos titulares dos órgãos sociais, nos termos previstos nestes estatutos.
2. No caso de se verificar causa de cessação antecipada de mandato da totalidade dos membros de órgão social, deve o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar a Assembleia Geral eleitoral para data não posterior a quarenta e cinco dias sobre a ocorrência da referida causa, salvo se tiver sido usada a faculdade prevista no artigo anterior.

CAPÍTULO VI – DIREÇÃO

Artigo 21.º

(Composição)

A Direção é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário, nomeados pelo Presidente.

Artigo 22.º

(Competências)

Compete à Direção:

- a) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- b) Representar o clube;
- c) Admitir sócios;
- d) Nomear Sócios Membros;
- e) Gerir recursos humanos e financeiros.

CAPÍTULO VII – CONSELHO FISCAL

Artigo 23.º

(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais.

Artigo 24.º

(Competências)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os atos da Direção;
- b) Verificar as contas;
- c) Emitir parecer sobre o relatório e contas anuais.

CAPÍTULO VIII – REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Artigo 25.º (Contabilidade e Gestão)

1. A contabilidade da gestão económica-financeira será efetuada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, com as adaptações que constem das normas contabilísticas respeitantes às atividades desportivas.
2. Constituem receitas:
 - a) Quotas dos sócios;
 - b) Patrocínios e apoios;
 - c) Receitas de atividades;
 - d) Donativos e subsídios.
3. Constituem despesas todas as que resultem da prossecução dos fins do clube e a manutenção, direta ou indireta, das respetivas atividades, devidamente aprovadas pela Direção.
4. Fora dos casos previstos no presente artigo, as despesas ordinárias e extraordinárias não poderão exceder, em cada ano económico, as receitas totais orçamentadas.
5. A realização de despesas em valor superior às que foram orçamentadas, até ao limite de vinte por cento do orçamento ordinário, está sujeita a parecer do Conselho Fiscal e as despesas que excedam o limite referido só poderão ser realizadas após autorização prévia da Assembleia Geral.
6. A angariação de fundos, seja qual for o fim a que se destinem, mediante donativos ou subscrições, por intermédio de sócios individuais ou constituídos em comissão, carece de prévia autorização da Direção.
7. O clube pode aceitar ou recorrer a investimentos privados, de pessoas individuais ou colectivas, devidamente aprovados pela direcção, estando sujeito a parecer do Conselho Fiscal e autorização prévia da Assembleia Geral.
8. O Orçamento anual do Clube decorrerá de um de julho de um ano de calendário a trinta de junho do ano de calendário seguinte.
9. Pode haver orçamentos suplementares.

Artigo 26.º (Orçamento)

1. A Direção deverá submeter à Mesa da Assembleia Geral, até trinta e um de maio de cada ano, o orçamento de receitas e despesas previsto no n.º 6 do artigo anterior, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.
2. A gestão orçamental deve ser conduzida de forma rigorosa e transparente.

Artigo 27.º (Prestação de Contas)

1. A Direção deverá elaborar e submeter à Mesa da Assembleia Geral, até quinze de março de cada ano, o relatório de Gestão, as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas relativas ao ano económico anterior, acompanhados do relatório e parecer do Conselho Fiscal.
2. O relatório de gestão, as contas do exercício e os documentos referidos no número anterior devem ficar à disposição dos sócios, na sede do Clube e nas horas de expediente, a partir do oitavo dia anterior à data designada para a realização da respetiva Assembleia Geral comum ordinária; a consulta dos referidos documentos só pode ser feita pessoalmente pelo sócio que tenha requerido.
3. Salvo se outra decisão for tomada em Assembleia Geral, por uma maioria de, pelo menos, dois terços dos votos expressos, a violação, por um período superior a quinze dias, dos deveres estabelecidos no n.º 1 deste artigo e no n.º 1 do artigo anterior, por parte da Direção ou do Conselho Fiscal, implica, em relação ao órgão em falta, a cessação imediata da totalidade dos mandatos dos seus membros, ficando estes impedidos de se recandidatarem nas eleições, para os órgãos sociais, imediatamente seguintes.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28.º (Alteração dos Estatutos) Os estatutos apenas podem ser alterados por maioria qualificada de 80% da Assembleia Geral, com parecer favorável e vinculativo do Presidente da Direção.

Artigo 29.º (Extinção do Clube) A extinção do CAF apenas pode ser deliberada por unanimidade da Assembleia Geral e com concordância expressa do Presidente da Direção.

Artigo 30.º (Casos Omissos) Os casos omissos são resolvidos pela Direção, com base na legislação em vigor e nos princípios dos presentes estatutos.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Artigo 31.º

(Comités e Secções)

A Direção pode criar comités temáticos ou secções desportivas com autonomia operacional, aprovando os respetivos regulamentos.

Artigo 32.º

(Regulamentos Internos)

A Direção aprova regulamentos internos para a organização das atividades, funcionamento dos serviços e comportamento dos sócios.

Artigo 33.º

(Candidaturas)

As listas candidatas aos órgãos sociais devem ser subscritas por, pelo menos, 20% da Assembleia Geral e apresentadas com 15 dias de antecedência.

Artigo 34.º

(Eleições)

As eleições realizam-se por voto secreto, presencial ou por correspondência, sendo eleitos os candidatos mais votados.

Artigo 35.º

(Posse e Vacatura)

Os eleitos tomam posse na primeira reunião seguinte à eleição. Em caso de vacatura, o Presidente pode nomear substituto interino.

Artigo 36.º

(Participação em Federações)

O CAF pode filiar-se em federações ou associações desportivas, nacionais ou internacionais, mediante deliberação da Direção.

Artigo 37.º

(Relações com Universidades)

O clube pode estabelecer protocolos com instituições de ensino superior para apoiar os atletas universitários e promover o desporto académico.

Artigo 38.º

(Residências e Apoios)

O CAF pode criar programas de apoio social e residências universitárias para os seus atletas e sócios.

Artigo 39.º

(Equipamentos e Infraestruturas)

O património do clube compreende os equipamentos, campos, instalações e bens adquiridos ou cedidos.

Artigo 40.º

(Concessão de Instalações)

As instalações do clube podem ser concessionadas a terceiros por decisão fundamentada da Direção, respeitando os fins institucionais.

Artigo 41.º

(Marca e Direitos)

O emblema, nome, lema e identidade visual do CAF estão protegidos por registo e só podem ser usados com autorização da Direção.

Artigo 42.º

(Comunicação e Imagem)

A comunicação institucional é coordenada pela Direção e pode incluir meios digitais, redes sociais e publicações periódicas.

Artigo 43.º

(Plataforma de Inscrições)

O clube utilizará plataformas digitais para registo e inscrição de sócios, com proteção de dados garantida.

Artigo 44.º

(TV CAF e Multimédia)

O clube pode desenvolver transmissões e conteúdos audiovisuais sob a marca "CAF TV" para promoção institucional.

Artigo 45.º

(Voluntariado)

O CAF pode organizar programas de voluntariado institucional com funções culturais, logísticas ou sociais.

Artigo 46.º

(Formação)

Serão promovidos programas de formação técnica, desportiva e de liderança para atletas e dirigentes.

Artigo 47.º

(Distintivos e Títulos)

A Assembleia Geral pode atribuir títulos honoríficos e distinções a sócios, atletas ou entidades externas.

Artigo 48.º

(Apoio a Atletas)

O clube pode conceder bolsas e apoios a atletas mediante regulamento aprovado pela Direção.

Artigo 49.º

(Comité de Honra)

Poderá ser constituído um Comité de Honra, composto por personalidades com ligação ao clube, com função consultiva.

Artigo 50.º

(Apoios Externos)

A Direção poderá celebrar protocolos com entidades públicas e privadas para financiamento e colaboração institucional.

Artigo 51.º

(Recolha de Fundos)

O CAF poderá organizar campanhas de angariação de fundos, incluindo crowdfunding, respeitando as normas legais.

Artigo 52.º

(Autonomia Desportiva)

Cada modalidade disporá de autonomia operacional sob orientação da Direção.

Artigo 53.º

(Desporto Feminino)

O clube promoverá ativamente o desporto feminino em todas as modalidades.

Artigo 54.º

(Inclusão e Diversidade)

O CAF adota princípios de igualdade, inclusão e respeito pela diversidade nos seus programas e estruturas.

Artigo 55.º

(Responsabilidade Social)

Serão promovidas atividades com impacto social, nomeadamente junto da comunidade académica e juvenil.

Artigo 56.º

(Gestão Sustentável)

O clube adotará práticas de sustentabilidade ambiental, financeira e institucional.

Artigo 57.º

(Assembleias Digitais)

Poderão ser realizadas assembleias e votações em formato digital, com garantias de legitimidade e segurança.

Artigo 58.º

(Arquivo e Memória Histórica)

Será mantido um arquivo digital e físico da história, documentos e identidade do CAF.

Artigo 59.º

(Responsabilidades dos Dirigentes)

Os dirigentes têm dever de lealdade, zelo e representação institucional.

Artigo 60.º

(Interpretação e Entrada em Vigor)

1. A interpretação autêntica dos estatutos cabe à Direção, salvo em matérias sujeitas a deliberação da Assembleia.
2. Os presentes estatutos entram em vigor imediatamente após aprovação pela Assembleia Geral Constituinte e registo legal.



Statutes

STATUTES OF THE ACADEMIC FOOTBALL CLUB OF LISBON (CAF)

CHAPTER I – GENERAL PROVISIONS

Article 1

(Name and Nature)

The Academic Football Club of Lisbon (CAF) is a non-profit association with legal personality, enjoying administrative, financial and disciplinary autonomy.

Article 2

(Headquarters and Scope of Action)

CAF is headquartered in Lisbon and operates throughout the national territory and abroad, being able to create delegations, branches or other forms of representation.

Article 3

(Purposes)

CAF aims to promote sports practice, and the personal, academic and civic development of its members, the training of university athletes, and cultural and community engagement.

Article 4

(Symbols and Motto)

The official colours of CAF are purple and gold. The emblem features an academic-gowned raven over an academic background. The official motto is "Sapientia et Virtus."

CHAPTER II – MEMBERS

Article 5

(Categories of Members)

CAF has the following categories of members:

- a) Founding Members;
- b) Full Members;
- c) Honorary Members;
- d) Practicing Members;
- e) Non-Practicing Members.

Article 6

(Admission)

Admission of members follows internal regulations and must be approved by the Board. Full Members are appointed exclusively by the Board, by unanimous decision, in recognition of exceptional merit.

Article 7

(Rights of Members)

1. All members have the right to:
 - a) Participate in club activities;

- b) Use services and facilities;
 - c) Receive institutional information.
2. Only Founding and Full Members have voting rights and may be elected to the club's governing bodies.

Article 8

(Duties of Members)

1. To comply with the statutes, regulations, and decisions of the governing bodies.
2. To pay the fees and contributions set.
3. To safeguard the club's assets and good name.

Article 9

(Loss of Membership Status)

Membership may be terminated by:

- a) Voluntary resignation;
- b) Prolonged failure to pay dues;
- c) Disciplinary expulsion.

CHAPTER III – DISCIPLINARY REGIME

Article 10

(Sanctions)

Sanctions applicable to members are:

- a) Warning;
- b) Suspension;
- c) Expulsion.

Article 11

(Disciplinary Procedure)

The disciplinary procedure is initiated by the Board, always guaranteeing the right to defence and prior hearing. An appeal may be submitted to the General Assembly.

CHAPTER IV – GOVERNING BODIES

Article 12

(Governing Bodies)

CAF's governing bodies are:

- a) General Assembly;
- b) Board of Directors;
- c) Audit Committee.

Article 13

(Duration of Mandates)

The mandates of the governing bodies last four years, except for the presidency of the Board of Directors, which is held for life by the founding member João Sande Ceia.

Article 14**(Incompatibilities)**

No member may hold positions in more than one governing body simultaneously.

Article 15**(Operation)**

The functioning of the governing bodies is defined by internal regulation, respecting the principles of collegiality and participation.

CHAPTER V – GENERAL ASSEMBLY**Article 16****(Composition)**

The General Assembly consists of Founding Members and Full Members in full enjoyment of their rights.

Article 17 (Powers) The General Assembly is responsible for: a) Approving statutes and amendments; b) Electing and removing governing bodies; c) Approving the report and accounts; d) Deliberating on matters of general interest to the club.

Article 18 (Notices and Quorum) Meetings are convened with 15 days' notice. The deliberative quorum is half plus one of the members.

Article 19 (Ordinary Electoral Assembly)

1. The electoral General Assembly meets every four years to elect the respective Board, its President, the Board of Directors and the Audit Committee.
2. The ordinary electoral General Assembly shall be held between the first and twentieth of May in the election year, with the date being set by the President of the General Assembly Board, as established in these statutes.

Article 20 (Extraordinary Electoral Assembly)

1. The electoral General Assembly meets extraordinarily to: a) Hold elections in the event of early termination of the mandate of all members of a governing body; b) Vote on the dismissal of governing body members, under the terms of these statutes.
2. In the event of early termination of the mandate of all members of a governing body, the President of the General Assembly Board must convene the electoral General Assembly within forty-five days of the event, unless the previous article has been applied.

CHAPTER VI – BOARD OF DIRECTORS**Article 21****(Composition)**

The Board of Directors is composed of the President, Vice-President, Treasurer, and Secretary, all appointed by the President.

Article 22

(Powers)

The Board of Directors is responsible for:

- a) Executing the resolutions of the General Assembly;
- b) Representing the club before third parties;
- c) Admitting members;
- d) Appointing Full Members;
- e) Managing human, material, and financial resources;
- f) Ensuring the implementation of the strategic vision of the club;
- g) Approving regulations, programs, and operational procedures.

CHAPTER VII – AUDIT COMMITTEE

Article 23

(Composition)

The Audit Committee is composed of one President and two members.

Article 24

(Powers)

The Audit Committee is responsible for:

- a) Supervising the actions of the Board of Directors;
- b) Verifying financial records and accounts;
- c) Issuing opinions on the annual report and accounts.

CHAPTER VIII – ECONOMIC AND FINANCIAL REGIME

Article 25

(Accounting and Management)

1. The club's economic and financial management shall be carried out in accordance with the Official Accounting Plan, with adjustments as per accounting standards applicable to sports activities.
2. Revenues shall include:
 - a) Membership dues;
 - b) Sponsorships and financial support;
 - c) Income from activities;
 - d) Donations and subsidies.
3. Expenses shall include all those arising from the pursuit of the club's goals and the direct or indirect maintenance of its activities, duly approved by the Board of Directors.

4. Except as otherwise provided in this Article, annual ordinary and extraordinary expenses may not exceed the total budgeted income.
5. Expenses exceeding the budget by up to twenty percent require an opinion from the Audit Committee, and any amount exceeding that must be approved in advance by the General Assembly.
6. Fundraising activities, for any purpose, through donations or subscriptions, by individual members or committees, must be previously authorized by the Board.
7. The club may accept or seek private investment, from individuals or legal entities, subject to approval by the Board, an opinion from the Audit Committee, and prior authorization from the General Assembly.
8. The club's fiscal year shall run from July 1 to June 30 of the following calendar year.
9. Supplementary budgets may be presented.

Article 26

(Budget)

1. The Board must submit the revenue and expense budget to the General Assembly Board by May 31 each year, along with the Audit Committee's opinion.
2. Budgetary management must be conducted rigorously and transparently.

Article 27

(Financial Reporting)

1. The Board must prepare and submit to the General Assembly Board, by March 15 each year, the Management Report, annual accounts, and all relevant financial documentation for the previous fiscal year, along with the Audit Committee's report and opinion.
2. These documents shall be made available to members at the club's headquarters, during office hours, from the eighth day prior to the scheduled General Assembly meeting. Consultation must be made in person by the requesting member.
3. Unless otherwise decided by the General Assembly with a two-thirds majority, failure to comply with the deadlines set in this Article and in Article 26 by the Board or Audit Committee shall result in the immediate termination of the mandates of all members of the defaulting body, who shall be barred from standing in the next elections.

CHAPTER IX – FINAL PROVISIONS

Article 28**(Amendment of the Statutes)**

The statutes may only be amended by a qualified majority of 80% of the General Assembly, with the binding favorable opinion of the President of the Board of Directors.

Article 29**(Dissolution of the Club)**

The dissolution of CAF may only be decided by unanimous vote of the General Assembly and with the express agreement of the President of the Board of Directors.

Article 30**(Omissions)**

Any situations not foreseen in these statutes shall be resolved by the Board of Directors, based on the applicable legislation and the principles set out herein.

CHAPTER X – SUPPLEMENTARY PROVISIONS**Article 31****(Committees and Sections)**

The Board of Directors may create thematic committees or sports sections with operational autonomy, approving the respective regulations.

Article 32**(Internal Regulations)**

The Board of Directors shall approve internal regulations governing activities, services operation, and member conduct.

Article 33**(Candidacies)**

Lists of candidates for governing bodies must be endorsed by at least 20% of the General Assembly and submitted at least 15 days in advance.

Article 34**(Elections)**

Elections shall be conducted by secret ballot, either in person or by correspondence. Candidates with the most votes shall be elected.

Article 35**(Taking Office and Vacancies)**

Elected members shall take office at the first meeting following the election. In case of a vacancy, the President may appoint an interim replacement.

Article 36**(Participation in Federations)**

CAF may join sports federations or associations, nationally or internationally, by resolution of the Board of Directors.

Article 37**(Partnerships with Universities)**

The club may establish protocols with higher education institutions to support university athletes and promote academic sports.

Article 38**(Residences and Support)**

CAF may establish social support programs and university residences for its athletes and members.

Article 39**(Facilities and Infrastructure)**

The club's assets include equipment, fields, facilities, and all goods acquired or entrusted.

Article 40**(Use of Facilities)**

The club's facilities may be leased to third parties by reasoned decision of the Board, aligned with the club's institutional purposes.

Article 41**(Brand and Rights)**

The CAF emblem, name, motto, and visual identity are legally protected and may only be used with prior authorization from the Board.

Article 42**(Communication and Image)**

Institutional communication is coordinated by the Board and may include digital media, social networks, and periodicals.

Article 43**(Registration Platform)**

The club shall use digital platforms for member registration, ensuring data protection.

Article 44**(CAF TV and Multimedia)**

The club may develop broadcasting and audiovisual content under the "CAF TV" brand for institutional promotion.

Article 45**(Volunteering)**

CAF may run institutional volunteering programs for cultural, logistical, or social functions.

Article 46**(Training)**

Technical, sports, and leadership training programs shall be promoted for athletes and officials.

Article 47

(Honorary Titles and Distinctions)

The General Assembly may award honorary titles and distinctions to members, athletes, or external entities.

Article 48

(Support for Athletes)

The club may grant scholarships and support to athletes under regulations approved by the Board.

Article 49

(Honorary Committee)

An Honorary Committee may be established, composed of personalities connected to the club, with advisory functions.

Article 50

(External Partnerships)

The Board may establish protocols with public and private entities for funding and institutional cooperation.

Article 51

(Fundraising)

CAF may organize fundraising campaigns, including crowdfunding, in compliance with legal standards.

Article 52

(Sporting Autonomy)

Each sport shall have operational autonomy under the guidance of the Board of Directors.

Article 53

(Women's Sports)

The club shall actively promote women's sports in all disciplines.

Article 54

(Inclusion and Diversity)

CAF adheres to principles of equality, inclusion, and respect for diversity in its programs and structures.

Article 55

(Social Responsibility)

CAF shall carry out initiatives with social impact, particularly among the academic and youth communities.

Article 56**(Sustainable Management)**

The club shall adopt environmentally, financially, and institutionally sustainable practices.

Article 57**(Digital Assemblies)**

General Assemblies and voting may be held digitally, ensuring legitimacy and security.

Article 58**(Archive and Historical Memory)**

CAF shall maintain a digital and physical archive of its history, documents, and identity.

Article 59**(Responsibilities of Board Members)**

Directors shall act with loyalty, diligence, and in faithful representation of the institution.

Article 60**(Interpretation and Entry into Force)**

1. The authentic interpretation of these statutes is the responsibility of the Board, except in matters subject to deliberation by the General Assembly.
2. These statutes shall come into force immediately upon approval by the Founding General Assembly and legal registration.



Statuts

STATUTS DU CLUB ACADÉMIQUE DE FOOTBALL DE LISBONNE (CAF)

CHAPITRE I – DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 1er

(Dénomination et nature)

Le Club Académique de Football de Lisbonne (CAF) est une association à but non lucratif, dotée de la personnalité juridique et jouissant de l'autonomie administrative, financière et disciplinaire.

Article 2

(Siège et champ d'action)

Le siège du CAF est situé à Lisbonne, et il exerce son activité sur l'ensemble du territoire national ainsi qu'à l'international, pouvant créer des délégations, des sections locales ou toute autre forme de représentation.

Article 3

(Objets)

Le CAF a pour objectifs la promotion de la pratique sportive, le développement personnel, académique et civique de ses membres, la formation d'athlètes universitaires ainsi que l'animation culturelle et communautaire.

Article 4

(Symbole et devise)

Les couleurs officielles du CAF sont le violet et l'or. L'emblème représente un corbeau vêtu d'une toge académique sur fond universitaire. La devise officielle est « Sapientia et Virtus ».

CHAPITRE II – DES MEMBRES

Article 5

(Catégories de membres)

Le CAF compte les catégories de membres suivantes :

- a) Fondateurs ;
- b) Membres actifs ;
- c) Membres honoraires ;
- d) Membres pratiquants ;
- e) Membres non pratiquants.

Article 6

(Admission)

L'admission des membres suit un règlement interne et est soumise à l'approbation de la Direction. Les membres actifs sont désignés exclusivement par la Direction, à l'unanimité, en reconnaissance d'un mérite exceptionnel.

Article 7

(Droits des membres)

1. Tous les membres ont le droit :
 - a) De participer aux activités du club ;
 - b) D'utiliser les services et installations ;
 - c) De recevoir les informations institutionnelles.
2. Seuls les membres fondateurs et les membres actifs ont le droit de vote et peuvent être élus aux organes sociaux du club.

Article 8

(Devoirs des membres)

1. Respecter les statuts, règlements et décisions des organes sociaux.
2. Payer les cotisations et contributions fixées.
3. Préserver le patrimoine et la réputation du club.

Article 9

(Perte de la qualité de membre)

La qualité de membre se perd :

- a) Par démission volontaire ;
- b) Par défaut prolongé de paiement ;
- c) Par exclusion disciplinaire.

CHAPITRE III – RÉGIME DISCIPLINAIRE

Article 10

(Sanctions)

Les sanctions applicables aux membres sont :

- a) Avertissement ;
- b) Suspension ;
- c) Exclusion.

Article 11

(Procédure disciplinaire)

La procédure disciplinaire est engagée par la Direction, tout en garantissant le droit à la défense et à l'audition préalable. Un recours peut être présenté devant l'Assemblée Générale.

CHAPITRE IV – ORGANES SOCIAUX

Article 12

(Organes sociaux)

Les organes sociaux du CAF sont :

- a) L'Assemblée Générale ;
- b) La Direction ;
- c) Le Conseil Fiscal.

Article 13

(Durée des mandats)

Les mandats des organes sociaux ont une durée de quatre ans, à l'exception de la présidence de la Direction, attribuée à vie au membre fondateur João Sande Ceia.

Article 14

(Incompatibilités)

Aucun membre ne peut exercer simultanément des fonctions dans plus d'un organe social.

Article 15

(Fonctionnement)

Le fonctionnement des organes sociaux est défini par un règlement interne, en respectant les principes de collégialité et de participation.

CHAPITRE V – ASSEMBLÉE GÉNÉRALE

Article 16

(Composition)

L'Assemblée Générale est composée des membres fondateurs et des membres actifs jouissant de leurs droits statutaires.

Article 17

(Compétences)

L'Assemblée Générale est compétente pour :

- a) Approuver les statuts et leurs modifications ;
- b) Élire et révoquer les organes sociaux ;
- c) Approuver le rapport de gestion et les comptes ;
- d) Délibérer sur toute question d'intérêt général pour le club.

Article 18

(Convocation et quorum)

Les réunions sont convoquées avec un préavis de 15 jours. Le quorum délibératif est atteint avec la majorité absolue des membres.

Article 19

(Assemblée électorale ordinaire)

1. L'Assemblée Générale électorale se réunit tous les quatre ans pour élire la Table, son Président, la Direction et le Conseil Fiscal.
2. Cette réunion se tient entre le 1er et le 20 mai de l'année électorale, à une date fixée par le Président de l'Assemblée Générale.

Article 20

(Assemblée électorale extraordinaire)

1. L'Assemblée Générale électorale extraordinaire est convoquée pour :
 - a) Organiser de nouvelles élections en cas de cessation anticipée du mandat de tous les membres d'un organe ;
 - b) Voter la destitution des membres des organes sociaux, conformément aux statuts.
2. En cas de cessation anticipée, le Président de l'Assemblée Générale doit convoquer une nouvelle élection dans un délai de 45 jours, sauf si l'article précédent est appliqué.

CHAPITRE VI – DIRECTION

Article 21

(Composition)

La Direction est composée du Président, du Vice-Président, du Trésorier et du Secrétaire, tous nommés par le Président.

Article 22

(Compétences)

La Direction est chargée de :

- a) Mettre en œuvre les délibérations de l'Assemblée Générale ;
- b) Représenter le club vis-à-vis des tiers ;
- c) Admettre les membres ;
- d) Désigner les membres actifs ;
- e) Gérer les ressources humaines, matérielles et financières ;
- f) Appliquer la stratégie et la vision du club ;
- g) Approuver les règlements, les programmes et les procédures de fonctionnement.

CHAPITRE VII – CONSEIL FISCAL

Article 23

(Composition)

Le Conseil Fiscal est composé d'un Président et de deux membres.

Article 24

(Compétences)

Le Conseil Fiscal est chargé de :

- a) Contrôler les actes de la Direction ;
- b) Vérifier les documents comptables ;
- c) Émettre un avis sur le rapport annuel de gestion et les comptes.

CHAPITRE VIII – RÉGIME ÉCONOMIQUE ET FINANCIER

Article 25

(Comptabilité et gestion)

1. La comptabilité du club est tenue conformément au Plan Comptable Officiel, avec les adaptations prévues par les normes comptables applicables aux activités sportives.
2. Les recettes comprennent :
 - a) Les cotisations des membres ;
 - b) Les parrainages et subventions ;
 - c) Les recettes issues des activités ;
 - d) Les dons et aides financières.
3. Les dépenses incluent toutes celles nécessaires à la réalisation des objectifs du club et au maintien de ses activités, directement ou indirectement, approuvées par la Direction.
4. Sauf disposition contraire, les dépenses annuelles, ordinaires ou extraordinaires, ne peuvent excéder les recettes budgétées.
5. Les dépenses dépassant le budget de 20% nécessitent un avis du Conseil Fiscal, et au-delà, une autorisation préalable de l'Assemblée Générale.
6. Toute collecte de fonds par dons ou souscriptions doit être autorisée par la Direction.
7. Le club peut accepter ou rechercher des investissements privés, sous réserve de l'approbation de la Direction, de l'avis du Conseil Fiscal et de l'autorisation préalable de l'Assemblée Générale.
8. L'exercice budgétaire du club s'étend du 1er juillet au 30 juin de l'année suivante.
9. Des budgets supplémentaires peuvent être établis.

Article 26

(Budget)

1. La Direction doit soumettre le budget à la Table de l'Assemblée Générale avant le 31 mai de chaque année, accompagné de l'avis du Conseil Fiscal.
2. La gestion budgétaire doit être rigoureuse et transparente.

Article 27

(Rapport de gestion)

1. La Direction doit présenter, avant le 15 mars de chaque année, le rapport de gestion, les comptes annuels et les documents financiers relatifs à l'année écoulée, accompagnés du rapport du Conseil Fiscal.
2. Ces documents doivent être disponibles au siège du club, aux heures d'ouverture, à partir du huitième jour précédant l'Assemblée Générale. Seuls les membres demandeurs peuvent les consulter personnellement.

3. Sauf décision contraire de l'Assemblée Générale, prise à la majorité des deux tiers, toute violation des délais mentionnés entraîne la révocation immédiate du mandat des membres de l'organe défaillant, qui ne pourront pas se représenter aux élections suivantes.

CHAPITRE IX – DISPOSITIONS FINALES

Article 28

(Modification des statuts)

Les statuts ne peuvent être modifiés que par une majorité qualifiée de 80 % des voix de l'Assemblée Générale, avec l'avis favorable et contraignant du Président de la Direction.

Article 29

(Dissolution du club)

La dissolution du CAF ne peut être décidée que par l'unanimité des membres présents à l'Assemblée Générale, avec l'accord exprès du Président de la Direction.

Article 30

(Dispositions omises)

Les situations non prévues par les présents statuts sont réglées par la Direction, conformément à la législation en vigueur et aux principes énoncés.

CHAPITRE X – DISPOSITIONS COMPLÉMENTAIRES

Article 31

(Comités et sections)

La Direction peut créer des comités thématiques ou des sections sportives dotées d'autonomie opérationnelle, après approbation de leurs règlements respectifs.

Article 32

(Règlements internes)

La Direction adopte les règlements internes relatifs à l'organisation des activités, au fonctionnement des services et à la conduite des membres.

Article 33

(Candidatures)

Les listes de candidatures aux organes sociaux doivent être soutenues par au moins 20 % des membres de l'Assemblée Générale et déposées au moins 15 jours à l'avance.

Article 34

(Élections)

Les élections ont lieu à bulletin secret, en présentiel ou par correspondance. Les candidats les mieux classés sont élus.

Article 35

(Prise de fonction et vacance)

Les élus prennent leurs fonctions lors de la première réunion suivant l'élection. En cas de vacance, le Président peut désigner un remplaçant intérimaire.

Article 36

(Participation aux fédérations)

Le CAF peut adhérer à des fédérations ou associations sportives, nationales ou internationales, par décision de la Direction.

Article 37

(Relations avec les universités)

Le club peut établir des protocoles avec des établissements d'enseignement supérieur afin de soutenir les étudiants-athlètes et promouvoir le sport académique.

Article 38

(Résidences et aides)

Le CAF peut créer des programmes d'aide sociale et des résidences universitaires pour ses membres et athlètes.

Article 39

(Équipements et infrastructures)

Le patrimoine du club comprend les équipements, les terrains, les installations et les biens acquis ou mis à disposition.

Article 40

(Concession d'installations)

Les installations du club peuvent être concédées à des tiers par décision motivée de la Direction, conformément aux objectifs institutionnels.

Article 41

(Marque et droits)

Le nom, l'emblème, la devise et l'identité visuelle du CAF sont protégés par enregistrement et ne peuvent être utilisés sans autorisation de la Direction.

Article 42

(Communication et image)

La communication institutionnelle est coordonnée par la Direction et peut inclure des supports numériques, des réseaux sociaux et des publications périodiques.

Article 43

(Plateforme d'inscription)

Le club utilise des plateformes numériques pour l'enregistrement et l'inscription des membres, en garantissant la protection des données.

Article 44

(CAF TV et multimédia)

Le club peut produire et diffuser du contenu audiovisuel sous la marque « CAF TV » à des fins de promotion institutionnelle.

Article 45**(Bénévolat)**

Le CAF peut organiser des programmes de bénévolat institutionnel dans les domaines culturels, logistiques ou sociaux.

Article 46**(Formation)**

Le club propose des programmes de formation technique, sportive et de leadership à destination des athlètes et des cadres.

Article 47**(Titres et distinctions honorifiques)**

L'Assemblée Générale peut attribuer des distinctions et des titres honorifiques aux membres, athlètes ou entités extérieures.

Article 48**(Soutien aux athlètes)**

Le club peut accorder des bourses et des aides aux athlètes selon un règlement approuvé par la Direction.

Article 49**(Comité d'honneur)**

Un Comité d'honneur peut être constitué, regroupant des personnalités liées au club et exerçant une fonction consultative.

Article 50**(Partenariats extérieurs)**

La Direction peut signer des accords avec des entités publiques ou privées pour un soutien financier ou une coopération institutionnelle.

Article 51**(Collecte de fonds)**

Le CAF peut organiser des campagnes de financement, y compris du crowdfunding, dans le respect de la législation en vigueur.

Article 52**(Autonomie sportive)**

Chaque section sportive bénéficie d'une autonomie de fonctionnement sous la supervision de la Direction.

Article 53**(Sport féminin)**

Le club encourage activement le sport féminin dans toutes ses disciplines.

Article 54**(Inclusion et diversité)**

Le CAF adhère aux principes d'égalité, d'inclusion et de respect de la diversité dans toutes ses actions.

Article 55

(Responsabilité sociale)

Le club met en œuvre des initiatives à fort impact social, notamment auprès des communautés académiques et de la jeunesse.

Article 56

(Gestion durable)

Le club adopte des pratiques durables sur les plans environnemental, financier et institutionnel.

Article 57

(Assemblées numériques)

Les assemblées et les votes peuvent se tenir sous format numérique, avec des garanties de légitimité et de sécurité.

Article 58

(Archives et mémoire historique)

Le CAF conserve des archives numériques et physiques retraçant son histoire, ses documents et son identité.

Article 59

(Responsabilités des dirigeants)

Les dirigeants doivent agir avec loyauté, diligence et représenter fidèlement l'institution.

Article 60

(Interprétation et entrée en vigueur)

1. L'interprétation authentique des présents statuts relève de la Direction, sauf décision de l'Assemblée Générale.
2. Les présents statuts entrent en vigueur immédiatement après leur approbation par l'Assemblée Générale Constitutive et leur enregistrement légal.



Satzung

SATZUNG DES AKADEMISCHEN FUSSBALLCLUBS VON LISSABON (CAF)

KAPITEL I – ALLGEMEINE BESTIMMUNGEN

Artikel 1

(Name und Wesen)

Der Akademische Fußballclub von Lissabon (CAF) ist ein gemeinnütziger Verein mit eigener Rechtspersönlichkeit und administrativer, finanzieller und disziplinarischer Autonomie.

Artikel 2

(Sitz und Tätigkeitsbereich)

Der Verein hat seinen Sitz in Lissabon und ist auf nationalem sowie internationalem Gebiet tätig. Er kann Zweigstellen, lokale Gruppen oder andere Vertretungen gründen.

Artikel 3

(Zweck)

Ziel des CAF ist die Förderung des Sports sowie die persönliche, akademische und gesellschaftliche Entwicklung seiner Mitglieder, die Ausbildung von Universitätsathleten sowie die kulturelle und gemeinschaftliche Förderung.

Artikel 4

(Symbole und Wahlspruch)

Die offiziellen Farben des CAF sind Violett und Gold. Das Wappen zeigt einen akademisch gewandeten Raben vor einem akademischen Hintergrund. Der offizielle Wahlspruch lautet: „Sapientia et Virtus“.

KAPITEL II – MITGLIEDER

Artikel 5

(Mitgliederkategorien)

Der CAF kennt folgende Mitgliedskategorien:

- a) Gründungsmitglieder;
- b) Ordentliche Mitglieder;
- c) Ehrenmitglieder;
- d) Aktive Mitglieder;
- e) Passive Mitglieder.

Artikel 6

(Aufnahme)

Die Aufnahme erfolgt gemäß einer internen Regelung und bedarf der Zustimmung des Vorstands. Ordentliche Mitglieder werden ausschließlich durch einstimmigen Vorstandsbeschluss in Anerkennung außergewöhnlicher Verdienste ernannt.

Artikel 7

(Rechte der Mitglieder)

1. Alle Mitglieder haben das Recht:
 - a) An Vereinsaktivitäten teilzunehmen;
 - b) Einrichtungen und Dienstleistungen zu nutzen;
 - c) Vereinsinformationen zu erhalten.
2. Nur Gründungsmitglieder und Ordentliche Mitglieder besitzen das aktive Wahlrecht und können in Vereinsorgane gewählt werden.

Artikel 8

(Pflichten der Mitglieder)

1. Einhaltung der Satzung, der Ordnungen und der Beschlüsse der Vereinsorgane.
2. Zahlung der festgelegten Beiträge.
3. Wahrung des Ansehens und Eigentums des Vereins.

Artikel 9

(Verlust der Mitgliedschaft)

Die Mitgliedschaft erlischt durch:

- a) Freiwilligen Austritt;
- b) Längeren Beitragsrückstand;
- c) Ausschluss infolge eines Disziplinarverfahrens.

KAPITEL III – DISZIPLINARORDNUNG

Artikel 10

(Sanktionen)

Folgende Disziplinarmaßnahmen können gegen Mitglieder verhängt werden:

- a) Verwarnung;
- b) Suspendierung;
- c) Ausschluss.

Artikel 11

(Disziplinarverfahren)

Das Disziplinarverfahren wird vom Vorstand eingeleitet, wobei stets das Recht auf Anhörung und Verteidigung gewahrt bleibt. Ein Einspruch kann bei der Generalversammlung eingelegt werden.

KAPITEL IV – VEREINSORGANE

Artikel 12

(Organe des Vereins)

Die Organe des CAF sind:

- a) Die Generalversammlung;
- b) Der Vorstand;
- c) Das Finanzprüfungsgremium.

Artikel 13

(Amtsdauer)

Die Amtszeit der Vereinsorgane beträgt vier Jahre, mit Ausnahme des Präsidenten des Vorstands, dessen Amt lebenslang dem Gründungsmitglied João Sande Ceia übertragen wird.

Artikel 14

(Unvereinbarkeiten)

Ein Mitglied darf nicht gleichzeitig Funktionen in mehreren Vereinsorganen ausüben.

Artikel 15

(Funktionsweise)

Die Arbeitsweise der Organe richtet sich nach einer internen Ordnung und beruht auf Kollegialität und Mitwirkung.

KAPITEL V – GENERALVERSAMMLUNG

Artikel 16

(Zusammensetzung)

Die Generalversammlung besteht aus den Gründungsmitgliedern und den ordentlichen Mitgliedern mit vollen Rechten.

Artikel 17

(Zuständigkeiten)

Die Generalversammlung ist zuständig für:

- a) Die Genehmigung und Änderung der Satzung;
- b) Die Wahl und Abberufung der Organe;
- c) Die Genehmigung von Jahresbericht und -rechnung;
- d) Die Beschlussfassung über Angelegenheiten von allgemeinem Vereinsinteresse.

Artikel 18

(Einberufung und Quorum)

Die Versammlungen werden mit einer Frist von 15 Tagen einberufen. Das Beschlussfähigkeitsquorum beträgt die einfache Mehrheit der stimmberechtigten Mitglieder.

Artikel 19

(Ordentliche Wahlversammlung)

1. Die ordentliche Generalversammlung zur Wahl der Organe findet alle vier Jahre statt und wählt das Präsidium, dessen Präsidenten, den Vorstand und das Finanzprüfungsgremium.
2. Die Wahlversammlung wird zwischen dem 1. und 20. Mai einberufen. Das genaue Datum legt der Präsident der Generalversammlung fest.

Artikel 20

(Außerordentliche Wahlversammlung)

1. Eine außerordentliche Wahlversammlung findet statt:
 - a) Zur Durchführung von Neuwahlen bei vorzeitigem Rücktritt sämtlicher Mitglieder eines Organs;
 - b) Zur Abwahl von Organmitgliedern gemäß den Bestimmungen dieser Satzung.
2. Im Falle eines Rücktritts aller Mitglieder eines Organs ist die Versammlung innerhalb von 45 Tagen vom Präsidenten der Generalversammlung einzuberufen, außer Artikel 19 kommt zur Anwendung.

KAPITEL VI – VORSTAND

Artikel 21

(Zusammensetzung)

Der Vorstand besteht aus dem Präsidenten, dem Vizepräsidenten, dem Schatzmeister und dem Sekretär, die alle vom Präsidenten ernannt werden.

Artikel 22

(Zuständigkeiten)

Der Vorstand ist zuständig für:

- a) Die Umsetzung der Beschlüsse der Generalversammlung;
- b) Die Vertretung des Vereins gegenüber Dritten;
- c) Die Aufnahme von Mitgliedern;
- d) Die Ernennung von ordentlichen Mitgliedern;
- e) Die Verwaltung der personellen, materiellen und finanziellen Ressourcen;
- f) Die Umsetzung der strategischen Zielsetzungen des Vereins;
- g) Die Genehmigung von Ordnungen, Programmen und Abläufen.

KAPITEL VII – FINANZPRÜFUNGSGREMIUM

Artikel 23

(Zusammensetzung)

Das Finanzprüfungsgremium besteht aus einem Präsidenten und zwei Mitgliedern.

Artikel 24

(Zuständigkeiten)

Das Finanzprüfungsgremium ist zuständig für:

- a) Die Kontrolle der Handlungen des Vorstands;
- b) Die Überprüfung der Buchhaltung und Finanzen;
- c) Die Stellungnahme zum Jahresbericht und den Rechnungsabschlüssen.

KAPITEL VIII – WIRTSCHAFTLICHE UND FINANZIELLE ORDNUNG

Artikel 25

(Buchhaltung und Verwaltung)

1. Die Buchhaltung des Vereins richtet sich nach dem offiziellen Kontenplan mit den erforderlichen Anpassungen für Sportvereine.
2. Einnahmen setzen sich zusammen aus:
 - a) Mitgliedsbeiträgen;
 - b) Sponsorengeldern und Zuschüssen;
 - c) Erlösen aus Aktivitäten;
 - d) Spenden und Subventionen.
3. Ausgaben umfassen alle zur Zielverwirklichung und zum laufenden Betrieb des Vereins notwendigen Posten, genehmigt vom Vorstand.
4. Abgesehen von gesondert geregelten Fällen dürfen die jährlichen Ausgaben die veranschlagten Einnahmen nicht überschreiten.
5. Ausgaben, die das Budget um bis zu 20 % überschreiten, bedürfen einer Stellungnahme des Finanzprüfungsgremiums. Bei Überschreitung dieses Betrags ist die Genehmigung der Generalversammlung erforderlich.
6. Die Sammlung von Geldern durch Mitglieder oder Komitees bedarf der vorherigen Zustimmung des Vorstands.
7. Der Verein kann Investitionen von natürlichen oder juristischen Personen akzeptieren, sofern sie vom Vorstand genehmigt, vom Finanzprüfungsgremium bewertet und von der Generalversammlung bestätigt wurden.
8. Das Geschäftsjahr läuft jeweils vom 1. Juli bis zum 30. Juni des Folgejahres.
9. Es können Zusatzhaushalte aufgestellt werden.

Artikel 26

(Haushaltsplan)

1. Der Vorstand muss bis zum 31. Mai jeden Jahres einen Haushaltsplan mit Stellungnahme des Finanzprüfungsgremiums vorlegen.
2. Die Haushaltsführung erfolgt mit größter Sorgfalt und Transparenz.

Artikel 27

(Rechnungslegung)

1. Der Vorstand legt bis zum 15. März jeden Jahres der Generalversammlung den Jahresbericht, die Jahresrechnung und alle relevanten Unterlagen zur Prüfung vor – inklusive Stellungnahme des Finanzprüfungsgremiums.
2. Diese Unterlagen sind ab dem achten Tag vor der Generalversammlung während der Bürozeiten in der Geschäftsstelle einsehbar. Nur persönlich anfragende Mitglieder haben Einsichtsrecht.

3. Erfolgt keine Vorlage innerhalb der Frist gemäß Artikel 26 und 27, und es gibt keinen anderslautenden Beschluss der Generalversammlung mit Zweidrittelmehrheit, endet das Mandat der betreffenden Organmitglieder sofort. Eine erneute Kandidatur ist für die nächste Wahl ausgeschlossen.

KAPITEL IX – SCHLUSSBESTIMMUNGEN

Artikel 28

(Satzungsänderungen)

Änderungen der Satzung erfordern eine qualifizierte Mehrheit von 80 % der Stimmen in der Generalversammlung sowie die verbindliche Zustimmung des Präsidenten des Vorstands.

Artikel 29

(Auflösung des Vereins)

Die Auflösung des CAF kann nur durch einstimmigen Beschluss der Generalversammlung und mit ausdrücklicher Zustimmung des Präsidenten des Vorstands erfolgen.

Artikel 30

(Nicht geregelte Fälle)

In nicht ausdrücklich geregelten Fällen entscheidet der Vorstand auf Grundlage geltender Gesetze und der in dieser Satzung verankerten Grundsätze.

KAPITEL X – ERGÄNZENDE BESTIMMUNGEN

Artikel 31

(Ausschüsse und Sektionen)

Der Vorstand kann thematische Ausschüsse oder Sportsektionen mit operativer Autonomie gründen und deren Ordnungen genehmigen.

Artikel 32

(Interne Regelungen)

Die Geschäftsführung erlässt interne Vorschriften für Organisation, Dienstleistungen und Verhaltensregeln der Mitglieder.

Artikel 33

(Kandidaturen)

Wahlvorschläge für Vereinsorgane müssen von mindestens 20 % der Generalversammlung unterstützt und mindestens 15 Tage vor dem Wahltermin eingereicht werden.

Artikel 34

(Wahlen)

Wahlen erfolgen geheim, persönlich oder per Briefwahl. Gewählt sind die Kandidaten mit den meisten Stimmen.

Artikel 35

(Amtsantritt und Nachbesetzung)

Die Gewählten treten ihr Amt bei der nächsten Sitzung an. Bei Ausscheiden kann der Präsident eine interimistische Nachfolge benennen.

Artikel 36

(Teilnahme an Verbänden)

CAF kann sich nationalen oder internationalen Sportverbänden anschließen, wenn der Vorstand dies beschließt.

Artikel 37

(Beziehungen zu Hochschulen)

Der Verein kann Partnerschaften mit Hochschulen eingehen, um Studierenden-Sport zu fördern und Universitätsathleten zu unterstützen.

Artikel 38

(Wohnanlagen und Sozialunterstützung)

CAF kann Wohnheime oder soziale Unterstützungsprogramme für Mitglieder und Sportler schaffen.

Artikel 39

(Ausstattung und Infrastruktur)

Zum Vereinsvermögen gehören alle Geräte, Spielfelder, Anlagen und Eigentum, das erworben oder zur Verfügung gestellt wurde.

Artikel 40

(Vergabe von Einrichtungen)

Die Nutzung von Einrichtungen durch Dritte bedarf eines begründeten Vorstandsbeschlusses und muss den Vereinszielen entsprechen.

Artikel 41

(Marke und Rechte)

Name, Logo, Wahlspruch und visuelle Identität des CAF sind rechtlich geschützt und dürfen nur mit Genehmigung des Vorstands verwendet werden.

Artikel 42

(Öffentlichkeitsarbeit und Image)

Die institutionelle Kommunikation wird vom Vorstand koordiniert und kann digitale Medien, soziale Netzwerke und Publikationen umfassen.

Artikel 43

(Registrierungsplattform)

Der Verein nutzt digitale Plattformen zur Anmeldung und Registrierung von Mitgliedern unter Beachtung des Datenschutzes.

Artikel 44

(CAF TV und Multimedia)

Der Verein kann audiovisuelle Inhalte unter der Marke „CAF TV“ produzieren und verbreiten.

Artikel 45

(Ehrenamt)

CAF kann ehrenamtliche Programme mit kulturellen, logistischen oder sozialen Aufgaben organisieren.

Artikel 46

(Aus- und Weiterbildung)

Technische, sportliche und führungsbezogene Fortbildungen für Sportler und Funktionäre werden angeboten.

Artikel 47

(Ehrentitel und Auszeichnungen)

Die Generalversammlung kann Ehrenbezeichnungen und Auszeichnungen an Mitglieder, Sportler oder externe Partner vergeben.

Artikel 48

(Förderung von Sportlern)

Der Verein kann Stipendien oder Unterstützungen für Sportler gemäß einer vom Vorstand genehmigten Regelung gewähren.

Artikel 49

(Ehrenkomitee)

Ein Ehrenkomitee kann mit Persönlichkeiten gegründet werden, die dem Verein verbunden sind und beratende Funktionen übernehmen.

Artikel 50

(Externe Partnerschaften)

Der Vorstand kann Kooperationsvereinbarungen mit öffentlichen oder privaten Stellen schließen.

Artikel 51

(Mittelbeschaffung)

CAF kann Spendenaktionen und Crowdfunding-Kampagnen gemäß den geltenden Gesetzen organisieren.

Artikel 52

(Sportliche Autonomie)

Jede Sportart erhält betriebliche Autonomie unter Aufsicht des Vorstands.

Artikel 53

(Frauen im Sport)

Der Verein fördert aktiv den Frauensport in allen Disziplinen.

Artikel 54

(Inklusion und Vielfalt)

CAF verpflichtet sich zu Gleichstellung, Inklusion und Respekt für Vielfalt in allen Programmen und Strukturen.

Artikel 55

(Gesellschaftliche Verantwortung)

Der Verein initiiert Maßnahmen mit sozialer Wirkung, insbesondere für akademische und jugendliche Gemeinschaften.

Artikel 56

(Nachhaltige Führung)

CAF verfolgt nachhaltige Praktiken in Umwelt, Finanzen und Institution.

Artikel 57

(Digitale Versammlungen)

Mitgliederversammlungen und Abstimmungen können digital unter Wahrung von Legitimität und Sicherheit durchgeführt werden.

Artikel 58

(Archiv und Vereinsgeschichte)

Der Verein unterhält ein digitales und physisches Archiv mit seiner Geschichte, Dokumenten und Identität.

Artikel 59

(Verantwortung der Funktionäre)

Funktionäre handeln loyal, verantwortungsbewusst und repräsentieren die Institution gewissenhaft.

Artikel 60

(Auslegung und Inkrafttreten)

1. Die verbindliche Auslegung dieser Satzung obliegt dem Vorstand, außer bei Angelegenheiten, die der Generalversammlung vorbehalten sind.
2. Diese Satzung tritt sofort nach Genehmigung durch die Gründungsversammlung und rechtlicher Registrierung in Kraft.



章程

里斯本学术足球俱乐部 (CAF) 章程

第一章 – 总则

第一条

(名称与性质)

里斯本学术足球俱乐部 (CAF) 是一个非营利性社团法人，具有行政、财务和纪律上的自主权。

第二条

(总部与活动范围)

CAF总部设在里斯本，其活动覆盖全国及国际范围，可设立分支机构、地方代表处或其他形式的代表机构。

第三条

(宗旨)

CAF旨在促进体育活动的发展，推动会员的个人、学术与公民发展，培养大学运动员，推动文化与社区参与。

第四条

(标志与座右铭)

CAF的官方颜色为紫色与金色。徽章上有一只穿学术袍的渡鸦，背景为学术象征。官方座右铭为“智慧与美德 (Sapientia et Virtus) ”。

第二章 – 会员

第五条

(会员类别)

CAF设有以下几类会员：

- a) 创始会员；
- b) 正式会员；
- c) 荣誉会员；
- d) 实践会员；
- e) 非实践会员。

第六条

(入会)

会员的接纳按照内部规章进行，须经理事会批准。正式会员由理事会一致通过并授予，以表彰其杰出贡献。

第七条

(会员权利)

1. 所有会员有权：
 - a) 参与俱乐部活动；
 - b) 使用俱乐部设施与服务；
 - c) 接收俱乐部机构信息。
2. 只有创始会员和正式会员拥有表决权，并可被选入俱乐部的机构。

第八条

(会员义务)

1. 遵守章程、规章及机构决议；
2. 缴纳会费及规定的其他费用；
3. 维护俱乐部声誉与财产。

第九条

(会员资格终止)

会员资格可因以下情形而终止：

- a) 自愿退会；
- b) 长期未缴会费；
- c) 经纪律处分被开除。

第三章 – 纪律制度

第十条

(惩处)

对会员可采取的纪律处分包括：

- a) 警告；
- b) 暂停会员资格；
- c) 开除。

第十一条

(纪律程序)

纪律程序由理事会启动，须确保会员有申辩和听证的权利。会员可向会员大会提出上诉。

第四章 – 机构设置

第十二条

(机构组成)

CAF设有以下机构：

- a) 会员大会；
- b) 理事会；
- c) 财务审查委员会。

第十三条

(任期)

机构成员任期为四年。唯一例外为理事会主席，该职位由创始会员若昂·桑德·塞亚 (João Sande Ceia) 终身担任。

第十四条

(职务兼任限制)

任何会员不得同时在两个或以上机构中担任职务。

第十五条

(运作方式)

各机构按照内部规章运作，遵循集体领导与民主参与的原则。

第五章 – 会员大会

第十六条

(组成)

会员大会由享有完全权利的创始会员和正式会员组成。

第十七条

(权限)

会员大会有权：

- a) 审议及修订章程；

- b) 选举及罢免机构成员；
- c) 审批年报与财务账目；
- d) 审议与俱乐部整体相关的重大事务。

第十八条

(召集与法定人数)

会议须提前15日通知召开。会议须有半数以上合格会员出席方可表决。

第十九条

(常规选举大会)

1. 选举大会每四年召开一次，选举大会主席团、其主席、理事会与财务审查委员会。
2. 选举大会应于选举年度的5月1日至20日之间举行，具体日期由大会主席确定。

第二十条

(临时选举大会)

1. 在以下情况下召开临时选举大会：
 - a) 全体某一机构成员任期提前终止；
 - b) 罢免机构成员（按章程规定）。
2. 如出现提前终止情形，会员大会主席须在45日内召开选举大会，除非前条条款另有适用。

第六章 - 理事会

第二十一条

(组成)

理事会由主席、副主席、财务主管及秘书组成，均由主席任命。

第二十二条

(权限)

理事会职责如下：

- a) 执行会员大会的决议；
- b) 代表俱乐部对外；
- c) 接纳会员；

- d) 任命正式会员；
- e) 管理人力、物力与财务资源；
- f) 执行俱乐部战略与愿景；
- g) 审批内部规章、计划与运作程序。

第七章 - 财务审查委员会

第二十三条

(组成)

财务审查委员会由一名主席和两名委员组成。

第二十四条

(权限)

财务审查委员会的职责为：

- a) 监督理事会行为；
- b) 核查会计与财务记录；
- c) 对年度报告及财务账目出具意见书。

第八章 - 财务制度

第二十五条

(会计与管理)

1. 俱乐部财务管理应依照《官方会计准则》执行，并结合体育协会的具体规定进行调整。
2. 收入来源包括：
 - a) 会员缴纳的会费；
 - b) 赞助及支持资金；
 - c) 各类活动收益；
 - d) 捐赠与补贴。
3. 支出范围包括：实现宗旨与活动所需的各类开支，须经理事会批准。
4. 除特别规定外，年度支出不得超过预算收入总额。

5. 支出超过原定预算20%以内的，需财务委员会审查意见；超过20%的，须经会员大会事先批准。
6. 任何形式的募款或捐赠筹资活动，需事先获得理事会批准。
7. 俱乐部可接受来自自然人或法人之投资，须经理事会批准、财务委员会意见，并经会员大会表决通过。
8. 财政年度自当年7月1日起至次年6月30日止。
9. 可设立补充预算案。

第二十六条

(预算案)

1. 理事会应于每年5月31日前，将预算案及财务委员会意见书提交大会主席团。
2. 预算管理应秉持严谨与透明原则。

第二十七条

(财务报告)

1. 理事会须于每年3月15日前，向大会主席团提交管理报告、财务账目及其他相关文件，并附上财务委员会报告。
2. 所有文件须于大会前八日，在俱乐部办公时间内供会员查阅，仅限本人亲自申请查看。
3. 若理事会或财务委员会逾期十五日仍未提交相关材料，且无会员大会2/3多数另行决定，则该机构全体成员职务即刻终止，并不得参加下届选举。

第九章 - 附则

第二十八条

(章程修订)

章程仅可由会员大会80%以上多数通过，且须获得理事会主席的明确支持意见方可修订。

第二十九条

(俱乐部解散)

CAF的解散须经会员大会全体一致通过，且必须有理事会主席的书面同意。

第三十条

(未尽事宜)

对章程未明文规定的事项，由理事会依据现行法律与章程精神作出解释与裁定。

第十章 – 补充条款

第三十一条

(委员会与分部)

理事会可设立专题委员会或具运营自主权的运动分部，并制订相关规章。

第三十二条

(内部规章)

理事会有权通过内部规章，用于规范活动组织、服务运作及会员行为。

第三十三条

(候选资格)

参选机构职位的候选名单，须获得至少20%会员大会成员签署支持，并于15日前提交。

第三十四条

(选举)

选举采取秘密投票方式，可现场或邮寄投票。得票最多者当选。

第三十五条

(就职与空缺)

当选人员在选举后的首次会议中宣誓就职。如出现职位空缺，由理事会主席任命临时替代人选。

第三十六条

(参与体育联合会)

CAF可加入国内外体育联合会或协会，须经理事会决议。

第三十七条

(高校合作)

本会可与高等教育机构签署协议，支持大学运动员及推广学术体育。

第三十八条

(住宿与援助)

CAF可设立宿舍及社会援助项目，供会员与运动员申请。

第三十九条

(设备与基础设施)

俱乐部财产包括场地、设施、设备及依法取得或移交之资产。

第四十条

(场地租赁)

俱乐部设施可在不违背宗旨的前提下，由理事会依法出租予第三方。

第四十一条

(品牌与权利)

CAF的标志、名称、口号及视觉识别系统均受注册保护，须经理事会书面授权方可使用。

第四十二条

(传媒与形象)

俱乐部传媒事务由理事会负责，包括数字媒体、社交网络及定期刊物。

第四十三条

(线上注册系统)

俱乐部将使用电子平台办理会员登记及报名，并确保数据安全与隐私。

第四十四条

(CAF电视与影音)

俱乐部可建立“CAF TV”影音品牌，用于发布与推广视听内容。

第四十五条

(志愿服务)

CAF可开展文化、物流或社会领域的志愿者计划。

第四十六条**(培训)**

俱乐部将为运动员与管理者提供专业、运动与领导力培训项目。

第四十七条**(荣誉与勋章)**

会员大会可授予会员、运动员或外部机构荣誉头衔与勋章。

第四十八条**(运动员资助)**

俱乐部可依规发放奖学金或补贴，供优秀运动员申请。

第四十九条**(荣誉委员会)**

可设立荣誉委员会，成员由对本会有贡献者组成，具咨询性质。

第五十条**(外部合作)**

理事会可与公共或私人机构签订协议，获取资金及拓展合作。

第五十一条**(筹资)**

CAF可依法发起捐款、众筹等筹资行动。

第五十二条**(体育项目自主权)**

各体育项目可在理事会监督下，独立开展运营。

第五十三条**(女性体育)**

本会积极推动女性在各体育项目中的参与与发展。

第五十四条**(多元包容)**

CAF在所有项目中倡导平等、包容与尊重差异的价值观。

第五十五条**(社会责任)**

俱乐部将积极开展社会责任项目，特别是面向学术群体与青少年。

第五十六条

(可持续发展)

CAF致力于推行环境、财务与制度上的可持续管理策略。

第五十七条

(数字大会)

会员大会及投票可采用线上形式，前提为确保合法性与安全性。

第五十八条

(档案与历史)

俱乐部将设立实体及数字档案馆，用于保存历史、资料与文化遗产。

第五十九条

(干部责任)

干部应忠诚、公正且具有代表性地履职，维护本会形象。

第六十条

(解释与生效)

1. 本章程的解释权归理事会所有，但涉及会员大会职权的事项除外。
2. 本章程经创立大会通过并依法登记后即刻生效。